

Fragilidade das políticas públicas afetam mulheres chefes de família

3 **GESTÃO**

Diretoria presta esclarecimento sobre papel do Conselho

4-5

8 **CONJUNTURA**

Conselheiro do CFESS faz análise dos rumos do governo Lula

8 **HEMORIO**

Serviço Social atua na direção do projeto da categoria

8 **CBAS**

Saiba como participar do próximo congresso em Fortaleza

6 **RACISMO**

Campanha estadual será lançada no mês de maio

EDITORIAL

O mês de março é marcado pela afirmação da luta das mulheres na construção de um mundo melhor, e, como não poderia deixar de ser, é um mês de renovação dos compromissos ético-políticos de uma profissão que, majoritariamente feminina, vem despontando como uma categoria profissional crítica, combativa e competente.

O cenário atual de acirramento das desigualdades de classes, do sucateamento dos serviços públicos e de um desemprego crescente, traz enormes desafios para a luta e compromissos profissionais dos assistentes sociais. Esta edição do Práxis trata de alguns deles. O leitor encontrará uma matéria especial sobre a condição das mulheres brasileiras que, enquanto chefes de família, acumulam as responsabilidades com as tarefas domésticas e com o sustento financeiro dos seus lares. Assistentes sociais que atuam na esfera governamental, na academia e no campo de intervenção profissional opinam e demonstram que a luta pelos direitos das mulheres exige o confronto com as mazelas da ordem burguesa, o que no campo cotidiano de atuação do Serviço Social se traduz na luta por políticas públicas universais, de qualidade e com participação popular.

Este número também traz um artigo do conselheiro do CFESS, Marcelo Braz Moraes dos Reis, que relembra as afinidades existentes entre o despotar da renovação crítica do Serviço Social, encarnada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (congresso da virada), e a constituição de um sindicalismo classista e combativo, representado pelo líder sindical Luís Inácio da Silva. Passados vinte e cinco anos, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional com uma direção social estratégica claramente anticapitalista e anticonservadora e Lula tornou-se presidente do país numa vitória eleitoral arrebataadora. No entanto, Marcelo nos convida a refletir criticamente sobre os rumos do governo Lula, sobretudo, dos descompassos das medidas de seu governo com as bandeiras fundamentais da profissão defendidas ao longo de, pelo menos, duas décadas.

Após a publicação, em 2003, da polêmica série de reportagens sobre a visibilidade social da profissão, que revelou a visão que diversos setores da sociedade têm acerca da profissão, a diretoria do Cress buscou apresentar uma nova série para dar visibilidade, interna e externa à categoria. São práticas profissionais, que, coadunando com o projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro, demonstram ser possível ampliar o campo de intervenção profissional no horizonte da afirmação de direitos. O trabalho dos profissionais do Hemorio, na página sete, inicia a série.

A Diretoria

INFORMES

ASSISTÊNCIA

Dia 14 de abril (quarta-feira), das 17h às 20h, será realizado no auditório do Cress-RJ um evento dirigido às assistentes sociais que atuam na área da Assistência. O tema da mesa-redonda será "A operacionalização da Política Pública de Assistência Social no Rio de Janeiro". Os convidados são: o secretário Marcelo Garcia (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS-RJ), a secretária Heloísa Mesquita Maciel (Secretaria de Assistência Social de Niterói) e a sub-secretária Sylvania Barreto (Secretaria de Ação Social do Estado do Rio de Janeiro). O evento marca o reinício das atividades da Comissão Temática de Assistência Social do Cress-RJ. As inscrições, gratuitas, podem ser feitas por telefone, fax ou diretamente na sede do Conselho. Tels: 22401727, 2240 3627, 2240 0822 e 2533 4846.

EDUCAÇÃO

"Serviço Social na área de Educação Especial e Infantil". Esse é o tema da próxima reunião da Comissão de Educação do Cress-RJ, que será realizado no dia 8 de abril (quinta-feira), às 14h, no auditório da sede do Conselho.

SORTEIO

As assistentes sociais Benilce Benvindo da Silva (Cress 14.396), Márcia Regina Azevedo de Oliveira (Cress 13.888) e Soliane do Céu de Souza (Cress 10.640) foram sorteadas com três publicações do Cress-RJ. Participaram do sorteio promovido pelo Conselho todas as profissionais que entregaram a ficha de atualização cadastral no prazo estipulado pela entidade. As sorteadas podem pegar a Coletânea de Leis e Resoluções, a revista Em Foco e a Cartilha do Serviço Social em Hospitais a partir do dia 15 de abril na secretaria do Conselho.

ENCONTRO

O I Encontro Estadual de Serviço Social em Educação será realizado nos dias 8 e 9 de julho. Serão debatidos temas como "Política Educacional e Questão Social", "Serviço Social na Educação - Experiências de Trabalho", além de gravidez na adolescência, violência e drogas, família e reprodução social e desafios de lidar com as diferenças. As inscrições gratuitas acontecem entre os dias 1 e 18 de junho no Cress-RJ. Mais informações como local e palestrantes na próxima edição do Práxis.

CONVITE

A Comissão de Estudos do Uso de Álcool e Outras Drogas (Coead) do Cress-RJ, criada em 1998, vem refletindo sobre o exercício profissional do assistente social que atua nessa área e apontando alternativas que contribuam para melhorar a qualidade dos serviços de atenção aos usuários/dependentes de álcool e outras drogas prestados no Rio de Janeiro. A Coead convida a categoria para participar da primeira reunião de 2004, que será realizada no dia 5 de abril, às 18h, no auditório do Cress.

VIA CRESS

O Cress vem recebendo várias reclamações dos assistentes sociais em relação ao recebimento do Via Cress (boletim eletrônico semanal da entidade). A diretoria já está tomando providências para solucionar o problema, que, infelizmente, ainda não foi resolvido pela assessoria técnica ainda. Enquanto isso, como medida de emergência e temporária, a diretoria está solicitando que os profissionais interessados enviem o pedido de recebimento, por e-mail (comunicacao@cressrj.org.br), para o Conselho na própria quarta-feira, dia em que o boletim é editado. Os diretores agradecem a compreensão de todos.

EVENTO

Retratos da Família: um olhar interdisciplinar. Esse é o tema do evento que a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - 10º Núcleo de Representação - Comarca de São Gonçalo - Equipe Técnica das Varas de Família está provendo e que será realizado no Sesc de São Gonçalo (Av. President Kennedy, 755). A entrada é franca. Mais informações e inscrições nos telefones 3715 8301 e 3715 8302 ou no site www.emerj.rj.gov.br.

ELEIÇÕES

O Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro realizará nos dias 1 e 2 de abril, das 9h às 19h eleições para a diretoria e conselho fiscal (2004/2007) da entidade. O endereço do sindicato é Rua Evaristo da Veiga 45, sala 1103. Informações no telefone 2262 6791.

FORMANDOS 1978

As assistentes sociais Dalca Costa e Icilene Mendes da Silva, que se formaram em 1978, na Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro estão procurando colegas de turma para comemorar os 25 anos de formatura. Os interessados podem procurar Dalca (Cress 4331) nos telefones 3385 2478 e 3387 7922.



CINEMA NO CRESS

O projeto "Cinema no Cress" está apresentando uma mostra do cinema nacional. Em abril, no dia 15, às 18h, será a vez de *Bicho de Sete Cabeças*, dirigido por Laís Bodansky. Após a projeção do filme de Teresa Joana Castro de Azevedo, acontecerá um bate-papo com a assistente social do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, Teresa Joana. O evento, que acontece no auditório do Cress-RJ é gratuito. A distribuição de senhas começa meia hora antes da sessão. Vale a pena conferir!

CARTAS



É importante que os assistentes sociais manifestem suas opiniões e críticas ao Cress. Por isso, criamos a seção de Cartas, como estímulo à maior interatividade. Participe!

EXPEDIENTE

PRÁXIS

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - MARÇO / 2004.

Suplentes: Andreia Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira.

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo
Suplentes: Tânia Maria Dahmer Pereira

Comissão de Comunicação: Marcio Brotto e Hilda Oliveira.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de

Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro; Suplentes: Mauici Isabel dos Santos e Tânia Elizabeth Gonçalves
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170
Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat; Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento e Cristiane Valéria da Silva Barvelo
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232) | Diagramação: Virginia Aór (MTB/RJ 18.588) | Ilustração: Carlos D | Impressão: Tipológica | Tiragem: 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br
www.cressrj.org.br

O papel do Cress e as cobranças indevidas sobre concursos

Tornou-se um hábito entre os assistentes sociais no Rio de Janeiro, dirigirem-se ao Cress para obter informações sobre concursos. Os profissionais telefonam ou chegam ao Conselho para saber o resultado de um concurso já acontecido ou pedir a relação de aprovados e cópias de Diário Oficial da União, do Estado ou de Municípios, conforme o concurso de seu interesse.

A diretoria se surpreende com a expectativa de parte da categoria em relação ao papel do Conselho e o tom de cobrança de informações referentes a esses concursos, na forma de uma contrapartida pela anuidade paga à entidade. Os funcionários e diretores têm vivido situações constrangedoras quanto a algumas solicitações, que superam o que se pode aceitar como de direito do profissional.

Recentemente, por exemplo, uma assistente social, que havia esquecido a data de um concurso que fizera queria acessar os DOs desde 1981. Alguns pensam que o Cress deva dispor de DO de todos os municípios para informar sobre concursos, o que não é nada razoável. A diretoria sugere aos profissionais que reclamam determinados procedimentos junto ao Cress que consultem sobre a prestação deste serviço pelos Conselhos profissionais de outras categorias, pois sabemos que a maioria não o faz, até porque não diz respeito ao papel desempenhado por essas entidades.

Dever e colaboração

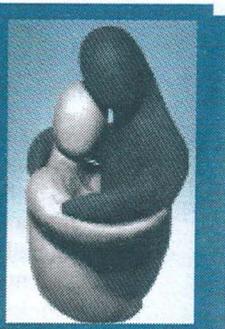
O Cress, através da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), já assume como rotina o acompanhamento de concursos anunciados, para verificar a pertinência de conteúdo programático e de referência bibliográfica, como também as competências e atribuições exigidas ao assistente social. Atua para assegurar que uma banca de seleção e os formuladores de provas de Serviço Social sejam assistentes sociais, pois se trata de funções privativas. Age na intenção de ver garantidos os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e respeito ao interesse coletivo. Além disso, colabora com os concursados ao socializar informações que consegue dispor quanto a concursos. Mas é fundamental que fique claro que essa colaboração não é atribuição obrigatória de um Conselho.

No mural do Cress, no jornal Práxis, no Via Cress (boletim eletrônico semanal) são divulgadas notícias de concursos, por ser um assunto de interesse da categoria. Os funcionários da secretaria, no desempenho das inúmeras tarefas do cotidiano, ocupam-se em transmitir aos profissionais as informações gerais sobre concurso ou seleção.

O Cress-RJ mediante sua estrutura administrativa, suas comissões temáticas, Cofi e Comissão de Ética, está empenhado no exercício do seu papel de orientar e defender o exercício da profissão de Serviço Social, em obediência à legislação e sobretudo aos interesses da sociedade.

COMBATE AO RACISMO

O lançamento da campanha estadual de Combate ao Racismo, prevista inicialmente para abril, foi adiada para maio e integrará a programação do mês comemorativo do assistente social. Profissionais e entidades estão convidados a participar da organização do programa. Os interessados devem procurar a secretaria do Cress.



Conselho Tutelar: uma conquista do ECA

O Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região tem acompanhado as reuniões com assistentes sociais que atuam nos Conselhos Tutelares. De acordo com o diretor Rodrigo Silva Lima, esses espaços de atuação surgiram nos anos 90, como uma conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), funcionando como uma espécie de espinha dorsal na condução do caminho da garantia de direitos. Ele explica que antes desse período, não havia nenhuma experiência com esse tipo de entidade. Por isso, diz o diretor, diante dos desafios e da responsabilidade desses Conselhos Tutelares, estes espaços estão sendo repensados. Rodrigo acredita que é preciso realizar alterações internas para que se defina melhor os papéis e atribuições das equipes que atuam nessas entidades. Integram os Conselhos Tutelares: conselheiros (eleitos para o cargo), assessoria técnica composta por assistentes sociais e psicólogos e pessoal administrativo.

O secretário Marcelo Garcia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) acompanhou algumas dessas reuniões com os profissionais de Serviço Social no Cress. Para

ele, capacitação, estudo e troca de experiência representam trabalho. Por isso, o secretário incentiva o profissional a reservar parte do seu horário de trabalho para estudos individuais, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados. Mas ele adverte que para justificar esse tempo de capacitação, o assessor técnico necessita ter disciplina de horários e deve apresentar projetos e propostas de trabalho. O secretário se coloca à disposição da categoria para esclarecer essas redefinições de papéis dentro desses Conselhos.

Rodrigo alerta para convênio que está sendo feito com o Conselho Regional de Psicologia (CRP), que deve atuar junto com o Cress e a SMDS. As reuniões de abril, direcionadas aos profissionais que atuam nos Conselhos Tutelares, já estão agendadas para os dias 6 e 14. A primeira será no CRP (Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca), de 14h às 17h. O tema: Discussão das atribuições dos assistentes sociais e psicólogos. A segunda será no auditório do Cress, de 9h às 12h30min. Tema: Discussão da competência dos técnicos.

DELEGACIAS

Delegacia Seccional Sul-Fluminense

Diretoria faz planejamento estratégico

A diretoria da Delegacia Seccional de Volta Redonda está sistematizando as ações pretendidas para 2004, em consonância com as deliberações do último Encontro Nacional CFESS/Cress e embasadas pela proposta ético-política da categoria e em especial de nossa gestão. Para isso, foi realizado no dia 1 de fevereiro um encontro para elaboração do Planejamento Estratégico da Delegacia Seccional Sul-Fluminense, quando foi feita uma avaliação do ano passado e estabelecidas algumas metas para este. Dentre estas metas, que se realizarão no decorrer do ano, está prevista a realização de dois seminários para a categoria da região, ações na área de fiscalização e ida de conselheiras aos municípios mais distantes de nossa área de abrangência.

Além do planejamento estratégico, continuamos desenvolvendo as ações que já estavam em andamento, como a rearticulação do Fórum Municipal de Assistência Social, que teve em seu último encontro, no dia 03 de fevereiro, a participação da assistente social Carmen Lúcia Brandão, do Fundo Municipal de Assistência Social de Volta Redonda, que deu uma palestra sobre "O financiamento da Assistência Social", conforme solicitação dos representantes das instituições participantes.

Há na sede de Volta Redonda, um mural com os editais e demais informações sobre os concursos que estão sendo abertos na área de Serviço Social e também materiais solicitados nas sugestões bibliográficas destes para serem xerocados. Maiores informações ou colaborações com a funcionária Elzira, na secretaria da Delegacia Seccional Sul-Fluminense.

Delegacia Seccional de Campos

Conselho luta na justiça pelo direito de acumulação de cargo público

No dia 4 de março, o Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região através de sua assessoria jurídica, impetrou Mandado de Segurança Coletivo contra a Diretora do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Campos de Goytacazes (PMCG). A Prefeitura havia negado a posse de profissionais de Serviço Social concursados, através da Fundação João Barcelos Martins, baseada em parecer da procuradoria jurídica da própria PMCG que alegava que os assistentes sociais não tinham o direito à acumulação de dois cargos públicos porque, segundo eles, não seriam profissionais privativos da saúde.

Esse parecer não só impedia a acumulação dos novos concursados, como também embasava a pressão aos assistentes sociais do quadro que já acumulam cargos. Tal pressão tem se dado através da retenção de pagamento para que os profissionais compareçam à Secretaria de Administração e sejam informados da necessidade de optarem por um dos cargos.

O Dr. Carlos Alexandre Fiaux Ramos da assessoria jurídica do Cress-RJ, argumentou, que há norma do Conselho Nacional de Saúde, bem como do Conselho Federal de Serviço Social, reconhecendo o assistente social como profissional de Saúde. Mostrou, ainda, que a jurisprudência dominante, inclusive dos Tribunais Superiores, reconhece o profissional de Serviço Social como de Saúde, tendo o constitucional direito à acumulação de cargos públicos. A ação está em curso perante a 1ª Vara Federal de Campos, consistindo em Mandado de Segurança Coletivo, onde foi deferida liminar proibindo que as vagas dos profissionais, que tiveram sua posse impedida em virtude de acumulação de cargos em Serviço Social, sejam ocupadas por outros candidatos, até o julgamento final da ação.

No mesmo dia 4/03, após o deferimento da liminar, foi realizada reunião com os assistentes sociais envolvidos no auditório do Departamento de Serviço Social de Campos -UFF, onde o assessor jurídico prestou informações e orientou os profissionais.

Cresce o número de mulheres ch

A maioria dos programas sociais ainda não está direcionada para este se

Feminização da pobreza

Mônica Alencar*

Nos últimos anos, em face do reconhecimento da situação de precariedade social em que vivem as famílias chefiadas por mulheres, ampliaram-se os posicionamentos que reconhecem a necessidade de se privilegiar o recorte de gênero nos programas sociais. A mulher, historicamente, tem um papel central na organização da vida familiar e vem aumentando sua participação no mercado de trabalho, mas em situação de precariedade, já que grande parte das mulheres está em empregos de baixa qualificação, sem estabilidade e mal remunerados, acarretando o que alguns estudos denominam de *feminização da pobreza*. Nesse caso, a inserção precária no mercado de trabalho, a sobrecarga das despesas e dos cuidados domésticos apontam para a necessidade de políticas públicas que privilegiem o recorte de gênero, de forma a garantir a essas famílias prioridade nos programas sociais.

Essa orientação está presente, de certa forma, no conjunto de programas sociais que tomam a família como referência central. Os fatores que contribuíram para isso estão relacionados ao contexto econômico e social de aprofundamento do desemprego, precarização do trabalho, ao empobrecimento das famílias, à situação de abandono e risco social de crianças e adolescentes, à desarticulação de um padrão de proteção social extremamente problemático no caso do Brasil e à política de focalização e seletividade que passou a orientar as políticas sociais. Assim, diante do empobrecimento familiar, principalmente durante a década de 90, articularam-se formas de apoio às famílias como parte das propostas de construção dos chamados mínimos de cidadania, enquanto política pública de Assistência Social. A proteção à família se torna um eixo importante a ser considerado pela política de Assistência Social e, nesse sentido é que temos a articulação de alguns programas sociais implementados nos inúmeros municípios brasileiros através de programas ou núcleo de apoio familiar que, no que pese sua efetividade ou não, estabelecem ações de atenção às famílias vulneráveis, em situação de extrema pobreza. Podemos lembrar os projetos de apoio como, por exemplo, rede de serviços especializados de orientação

e acompanhamento às famílias com dificuldades específicas (maternidade, situações difíceis como desemprego, alcoolismo, violência doméstica, separação de casais), e ainda podemos citar os programas de garantia de renda mínima. O bolsa-escola, por exemplo, e os programas de geração de emprego e renda, que ganharam grande visibilidade nos últimos anos em função do aumento do desemprego no país.

As principais demandas que se colocam para as mulheres chefes de família poderiam ser pensadas levando em conta o fato de que, historicamente coube à mulher um papel central no âmbito da reprodução social. As mulheres assumem, portanto, as responsabilidades no cuidado com as crianças, os doentes, as pessoas idosas, os portadores de deficiência, além de ter uma função na realização das atividades domésticas de forma mais ampla. No caso das mulheres trabalhadoras pobres, chefes de família, o cumprimento desse papel no âmbito familiar torna-se ainda mais penoso diante da jornada de trabalho a que têm de se submeter. A pressão sobre essas mulheres é enorme e afeta negativamente o seu próprio bem-estar e de sua família.

Politização

No Brasil, em que persiste a tendência de privatização da vida social, isto é, a tendência de despolitização de dimensões significativas, no qual essas questões surgem como “dramas da vida particular”, é possível dizer que a grande demanda dessas mulheres é antes de tudo a politização das questões ligadas à reprodução, o que sem dúvida levaria ao reconhecimento de que as necessidades das mulheres requerem: a articulação de políticas que facilitem a incorporação das mulheres no mercado de trabalho sem discriminações; criar e fortalecer redes de proteção à mulher em situação de maternidade (antes e depois do parto); atenção às crianças e adolescentes, grupos vulneráveis (idosos, portadores de deficiência física e mental) o que mostra a importância da existência de equipamentos comunitários como creches, escolas com jornada escolar mais ampliada, centros de convivência e de atividades de lazer.

* Professora da UERJ

Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um aumento significativo de mulheres que ocupam a condição de provedoras da família. No Brasil, já são 24,9% de pessoas do sexo feminino que responsáveis pelos domicílios. Esse fenômeno, que marca a família contemporânea, é o resultado de uma série de fatores, que envolve situações como divórcios, viuvez, desemprego dos companheiros entre tantos outros.

A secretária de Assistência Social de Niterói (RJ), Heloísa Mesquita Maciel, informa que há vários programas de governo a nível municipal, estadual e nacional que atendem às mulheres, mas não especificamente às chefes de família. Ela cita alguns exemplos, como o programa Casa da Família, o Paif (Programa de Assistência Integrada à Família) e o Naf (Núcleo de Atendimento à Família). Na opinião de Heloísa, o Niam (Núcleo Integrado de atendimento à Mulher), ligado ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), e o Núcleo Gênero e Família, criado em Niterói, dão conta de atender uma grande parcela da população feminina, mas não são voltados para as chefes de família, embora acabe atendendo a esse segmento que tanto cresce

Heloísa relata a importância da parceria entre as secretarias de Assistência Social e a de Educação de Niterói, que teve como principal objetivo atender as demandas das mulheres trabalhadoras de baixa renda. Normalmente, explica a secretária, essas mães contam com uma política de creche até a criança completar seis anos. Na idade escolar, de 7 a 14 anos, a criança pode ficar na escola em horário integral, em que a saída é em torno das 17 horas. Com essa parceria, as mulheres passam a contar com uma jornada noturna ampliada até às 21h, coordenada pela secretaria de Assistência. Mas ela lembra que é preciso comprovar a necessidade desse benefício para obtê-lo. A mulher que precisa estudar tam-



24,9%
dos domicílios particulares permanentes das grandes regiões do Brasil as mulheres são as responsáveis.

bém pode usufruir dessa iniciativa de complementação escolar. “Essa medida sócio-educativa visa fortalecer a cidadania das mulheres”, avalia.

Alternativas domésticas

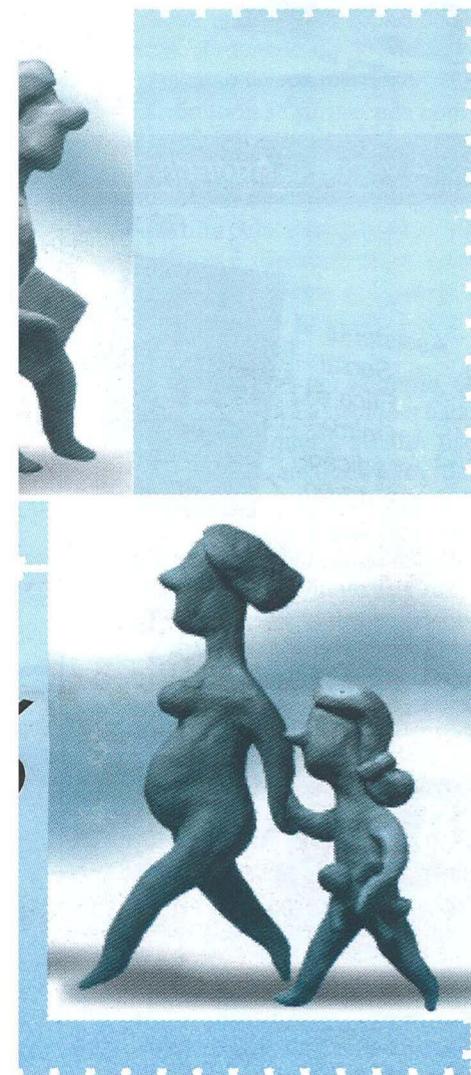
Entre as principais necessidades das mulheres, está a descentralização de vagas escolares. As mulheres chefes de família costumam recorrer a alternativas domésticas para deixar os filhos enquanto trabalham como usar uma espécie de “rede solidária”, que nada mais é do que a ajuda de vizinhos amigos e até mesmo os próprios irmãos mais velhos.

A secretária considera que há avanços nas políticas públicas de atendimento às mulheres. Na Policlínica Malu Sampaio, por exemplo, que trata somente de assun-

8 DE MARÇO - DIA INTE

chefes de família em todo o país

gmento.



programas sociais atendem às mulheres, mas nenhum é direcionado às chefes de família, que em sua grande maioria pertencem a uma camada mais empobrecida da população. Além de enfrentarem dupla jornada de trabalho, têm uma remuneração baixa.

De acordo com Marlise, as mulheres passam para o posto de chefe de família por questões que envolvem arranjos domésticos e sociais originários de viuvez, divórcio, guarda materna e opção por uma vida familiar independente da figura masculina. Ela explica que isso é muito comum nas comunidades mais pobres, pois a mulher que conquista alguma independência econômica não aceita “desaforos” do companheiro e não tem nenhum pudor em trocar de parceiro quantas vezes achar necessário. Mas grande parte não tem condições de sustento próprio e procuram formas alternativas para garantir a sua subsistência e a de seus filhos, fazendo salgadinhos, unhas em fundos de quintal entre outras atividades informais.

Parcerias

Na opinião da assistente social, um dos desafios do governo é gerar mercado de trabalho para essas mulheres. Ela aponta parcerias entre governo e organizações não governamentais como uma opção viável e emergencial, principalmente em municípios maiores, para inclusão dessas provedoras no mercado de trabalho. O projeto “Com Licença, eu vou à luta”, que atende a mulheres de 40 anos, ou mais, é um exemplo da viabilidade desse esforço conjugado, entre esfera pública e privada. A idéia é da prefeitura e a execução é da ONG Rio Voluntário. O trabalho, explica Marlise, consiste em aumentar a auto-estima das mulheres, encaminhá-las para cursos profissionalizantes e prepará-las para trabalhar. A assistente social lembra que o trabalho é a principal demanda da mulher que precisa gerar renda para garantir o sustento de sua família, além de melhor moradia, infraestrutura e saneamento básico. Ela garante que a mulher tem o perfil de estar sempre pensando no bem-estar da família e do coletivo. É uma “preocupação ampliada”, pois outro fator comum nas comunidades de baixa renda é encontrar mulheres chefes de família que também precisam prover os netos.

A assistente social (mestre em Serviço Social-UFRJ) Glória Maria Mendes Gonzalez, que trabalha em Vara de Família e já atuou em Varas da capital e regionais, explica que nos últimos anos, como

resultado das mudanças ocorridas no âmbito econômico social e político, ficou evidente a mudança de perfil da família brasileira. Hoje é comum encontrar a família do tipo monoparental (composta por mães e filhos) como resultado de divórcios/separações e mesmo a queda de casamentos formais. Daí, o crescimento do número de mulheres chefes de família. Por outro lado, argumenta Glória, aumenta também o percentual de pais que solicitam judicialmente a guarda dos filhos, diante inclusive, da maior disponibilidade de tempo.

A profissional de Serviço Social adverte que o novo Código Civil oferece a ambos os genitores a possibilidade de cuidar dos filhos, visando àquele que reunir melhores condições para isso. Com isso, a guarda materna deixa de ser a única alternativa e isso pode gerar na mulher o entendimento de desqualificação como mãe, pois durante muito tempo essa foi sua principal função social. A mulher nem sempre consegue direito à pensão, que é direcionada apenas para os gastos com o filho. Se ela depende apenas dessa renda, não pode ser considerada chefe de família, pois não conseguirá prover a todos. Por conta da dificuldade econômica, da precariedade de trabalho e da dependência financeira estabelecida com terceiros, muitas mulheres decidem como estratégia de sobrevivência, delegar a responsabilidade de seus filhos para outro membro do grupo familiar. Segundo Glória, é comum essas mulheres retornarem para a casa dos pais para conseguir benefícios para os filhos como plano de saúde entre outros.

Para Glória, a situação da mulher, no atual contexto brasileiro, reflete no judiciário, que apesar de não se situar no campo da operacionalização das políticas públicas, aplica a justiça a uma grande massa de excluídos e marginalizados. Ela acrescenta que esse é um dos efeitos da globalização, que deixa evidente a inexistência ou precariedade dessas políticas públicas.

A professora da UFRJ, Ana Izabel

Pelegriño, afirma que atualmente a mulher tem um papel fundamental na geração de renda. Para elas, enfatiza a professora, o trabalho é fundamental e uma questão de honra. Trabalhar significa ter dignidade e honestidade. Esses conceitos ganham ainda mais força entre as mulheres que vivem em comunidades mais pobres. Essas mulheres, que precisam sustentar suas famílias, frisa Ana Izabel, não têm opção. São obrigadas a trabalhar e se submeter a subempregos com baixa renda e condições precárias. Elas não tiveram acesso às conquistas que as da classe média e alta tiveram. Não podem pagar empregada para ficar com seus filhos, pois muitas vezes são elas próprias as empregadas domésticas.

Para Ana Izabel as políticas públicas direcionadas a essas mulheres praticamente inexistem. Elas precisam lançar mão do “jeitinho” improvisado para trabalhar e pedem a ajuda de vizinhos e parentes para que cuidem dos seus filhos no horário em que estão trabalhando. Um recurso muito utilizado, informa Ana Izabel, é delegar aos filhos mais velhos os cuidados com os menores ou até mesmo deixar as crianças e adolescentes trancados em casa. O suporte dessas mulheres é uma rede de vizinhança e parentesco, além de espaços religiosos.

Para a professora da UFRJ, as principais demandas das chefes de família que vivem em comunidades de baixa renda são: trabalho, educação, moradia e serviços fundamentais. As maiores preocupações são com a violência provocada pelo tráfico nas favelas e em conseguir vagas nas escolas públicas para amenizar o processo de exclusão social de seus filhos.

Ana Izabel faz uma crítica aos programas sociais existentes por não estarem em sintonia com os projetos sociais. Ela acredita que todos os enfrentamentos vividos pelas mulheres chefes de família rebatem na ausência de políticas públicas, o que acaba provocando um aprofundamento da pobreza, resultante da omissão do Estado.

Pessoas responsáveis pelos domicílios

Grandes Regiões	Sexo			%
	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	44 795 101	33 634 466	11 160 635	24,9
Norte	2 809 912	2 167 075	642 837	22,9
Nordeste	11 401 385	8 449 390	2 951 995	25,9
Sudeste	20 224 269	15 049 401	5 174 868	25,6
Sul	7 205 057	5 576 952	1 628 105	22,6
Centro-Oeste	3 154 478	2 391 648	762 830	24,2

Nota: Domicílios particulares permanentes

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

INTERNACIONAL DA MULHER

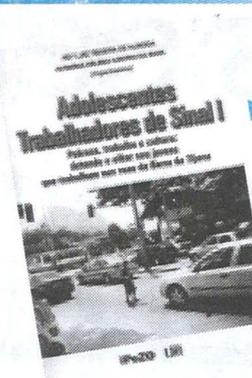
Entre os dias 17 e 22 de outubro de 2004, dois eventos relevantes para a categoria de assistentes sociais serão realizados em Fortaleza, Ceará: O XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. O tema central do CBAS, que será "O Serviço Social e a Esfera Pública do Brasil: O Desafio de Construir, Afirmar e Consolidar Direitos", norteará as conferências, mesas-redondas, painéis, sessões temáticas, apresentação de pôster, oficinas, mini-cursos e ato público. O maior objetivo dos dois eventos será o de articular e mobilizar os profissionais de todo o país no sentido de reafirmar o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade justa e plural.

CBAS 2004

O XI CBAS é organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social/CE (Cress 3ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). Os organizadores informam que os trabalhos poderão ser apresentados na forma de comunicação oral e pôster. Será oportunizada a realização de oficinas e apresentações de vídeos relacionados aos eixos temáticos dos eventos. Estão previstas diversas ati-

vidades culturais, entre as quais lançamentos de livros e revistas. As entidades envolvidas na promoção dos eventos já estão negociando diversas formas para facilitar a estadia durante o evento, incluindo hospedagem solidária para profissionais, alojamentos para estudantes, e pacotes turísticos de menor custo. Os interessados podem obter mais informações nos sites: <http://www.cfess.org.br> - mailto:cress3r@secrel.com.br; www.abeps.ufsc.br e www.enessomess.hpg.com.br ou pelos telefones (85) 243 8700 e 282 0400.

PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS

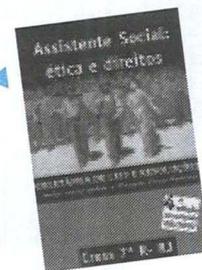


Livro:
Adolescentes
Trabalhadores
de Sinal - I
R\$ 18,00

À venda a Agenda 2004

R\$ 18,00

Assistente Social
- Ética e
direitos,
4ª edição
R\$ 13,00



Anuidade 2004

Dia 7 de maio termina o prazo para o pagamento da cota única do Cress-RJ. O valor, aprovado em assembléia da categoria, é R\$ 194,55.

Descontos

Até dia 7 de abril, o assistente social pode pagar a cota única com desconto de 5% (R\$ 184,83).

- A anuidade pode ser parcelada. Informe-se no Cress.
- Estar regularizado junto ao Conselho significa exercer legalmente a profissão. Se você não exerce ou nunca exerceu a profissão, solicite o cancelamento do registro, pois a manutenção da inscrição obriga ao pagamento da anuidade.

Para sua garantia, guarde os seus comprovantes. A anuidade deve ser anotada na carteira profissional.

INSCRIÇÕES

A PARTIR DO MÊS DE ABRIL DE 2004, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

PROFISSIONAIS

VALOR	FORMAS	PERÍODO
R\$ 280,00	1 parcela de R\$ 50,00 e 5 parcelas de R\$ 46,00	Abril a Setembro
R\$ 280,00	5 parcelas de R\$ 56,00	Maio a Setembro
R\$ 280,00	4 parcelas de R\$ 70,00	Junho a Setembro
R\$ 300,00	3 parcelas de R\$ 100,00	Julho a Setembro
R\$ 310,00	2 parcelas de R\$ 155,00	Agosto e Setembro
R\$ 320,00	Parcela única	Outubro

ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VALOR	FORMAS	PERÍODO
R\$ 200,00	1 parcela de R\$ 40,00 e 5 parcelas de R\$ 32,00	Abril a Setembro
R\$ 200,00	5 parcelas de R\$ 40,00	Maio a Setembro
R\$ 200,00	4 parcelas de R\$ 50,00	Junho a Setembro
R\$ 220,00	1 parcela de R\$ 80,00 e 2 parcelas de R\$ 70,00	Julho a Setembro
R\$ 240,00	2 parcelas de R\$ 120,00	Agosto e Setembro
R\$ 240,00	Parcela única	Outubro

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

VALOR	FORMAS	PERÍODO
R\$ 140,00	1 parcela de R\$ 30,00 e 5 parcelas de R\$ 22,00	Abril a setembro
R\$ 140,00	5 parcelas de R\$ 28,00	Maio a setembro
R\$ 140,00	4 parcelas de R\$ 35,00	Junho a setembro
R\$ 150,00	3 parcelas de R\$ 50,00	Julho a setembro
R\$ 160,00	2 parcelas de R\$ 80,00	Agosto e setembro
R\$ 160,00	Parcela única	Outubro

Revista Inscrita
R\$ 10,00,
2 por R\$ 15,00
e 3 por R\$ 25,00

O Serviço Social em Hospitais
R\$ 3,00.



Em Foco:
serviço
social
clínico e o
projeto
ético político
do Serviço
Social R\$
10,00

Trabalho de qualidade mostra que é possível caminhar na direção do projeto da categoria

O trabalho realizado pelo Serviço Social do Hemorio (Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti) está em sintonia com o projeto ético-político da categoria. A equipe é composta por 25 assistentes sociais, que se preocupam com a qualidade dos serviços prestados aos usuários e atuam efetivamente como sócio-educadores na conscientização de pacientes e doadores de sangue. Esses profissionais reconhecem as dificuldades do cotidiano de uma instituição como esta, que por ser um hospital público de hematologia de referência em todo o Estado do Rio de Janeiro, tem um movimento diário intenso, mas não se deixam acomodar.

Oito assistentes sociais participaram da entrevista com o Práxis. Adriana Fernandes, Fátima Santos, Laura Jane Neumann, Lúcia Carneiro, Márcia Pereira, Martha Vilardo, Selma Macedo e Sônia Reis. Elas informam que atualmente o Serviço Social do Hemorio está dividido em dois setores: o de hematologia, em que são atendidos pacientes do ambulatório, da internação e da emergência e o de hemoterapia, que tem o atendimento voltado para doadores e captação de sangue. Martha Vilardo explica que além desses setores, há assistentes sociais no setor de Recursos Humanos, no Serviço de Desenvolvimento Técnico Científico e Educacional e no projeto Primeiros Passos. Esse último trabalha com o teste do pezinho realizado em bebês e que pode detectar também problemas hematológicos como leucemia e anemia falciforme.

Prós e Contras

Adriana acredita que a complexidade dos processos de trabalho (são muitos projetos dentro da mesma instituição) e as demandas que vieram em decorrência disso, levaram a direção do Hemorio a optar por dividir os setores, o que, na visão da assistente social, acabou organizando melhor hierarquicamente. Mas ela acredita que esse procedimento tem seus prós e contras. Um dos contras é a dificuldade de trocar experiências. Selma concorda que se perde um intercâmbio necessário dos profissionais que atuam em áreas que se coadunam. Martha endossa a argumentação das colegas, mas destaca que um dos prós é a possibilidade de cada coordenação de Serviço Social pensar seu processo de trabalho, com suas especificidades.

Fátima mostra que as frentes de trabalho no Hemorio são muito amplas. Há vários projetos em andamento como o projeto Semeando, que busca a fidelização no salão de doadores. Esse trabalho, conta ela, é basicamente socioeducativo, pois visa ga-

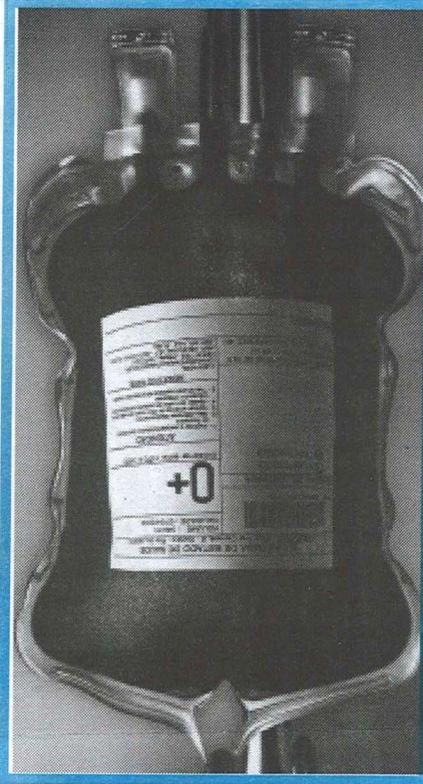
rantir que o doador retorne com frequência à instituição em períodos fixos. Há também o projeto Jovem Salva Vidas, que tem como objetivo formar doadores do futuro. Esse, explica Fátima, exige que o assistente social saia dos muros da instituição e realize palestras para os primeiros e segundos graus das escolas públicas e privadas. Há o trabalho da coleta externa, em que o Serviço Social faz uma mobilização social com a comunidade, mostrando a importância de doar sangue e as condições que são necessárias para fazer essa doação. Normalmente esse trabalho é reali-

zado com líderes religiosos e da comunidade. Fátima lembra ainda que o Hemorio realiza oficinas para formar e capacitar doadores e multiplicadores. Todas as entrevistadas ressaltam que o Serviço Social executa um trabalho educativo e de conscientização do doador visando aumentar a quantidade e garantir a qualidade do sangue adquirido pela instituição.

Lúcia, assistente social que está à frente do trabalho de transplante de medula óssea, também atua fundamentalmente com a conscientização da população durante as coletas externas. Ela explica que o Serviço Social realiza um trabalho de esclarecimento e que o processo é feito através de um agendamento, três vezes na semana. Adriana resalta que o atendimento aos inaptos na triagem, ou seja, os que não podem doar sangue também é feito pelo assistente social, que encaminha aos postos de saúde. Com isso, ela mostra que uma das grandes preocupações é com a saúde do doador. “A doação não pode comprometer a saúde”.

Prática educativa

Apesar de todo este trabalho, as assistentes sociais reconhecem que não existe 100% de segurança no sangue doado. Por isso, trabalham com as normas rígidas impostas pelo Ministério da Saúde, que tentam afunilar ao máximo qualquer tipo de risco, que possa comprometer a qualidade do sangue. Os profissionais de Serviço Social precisam estar integrados à demanda



dos usuários, atualizados e atendidos com o resultado das pesquisas que revelam o perfil dos doadores. A partir daí é que o trabalho será desenvolvido, diz Adriana. Martha também alerta para o marketing da doação de sangue, que costuma ter bons resultados, mas, infelizmente, se tornam campanhas pontuais, se não forem desenvolvidos em consonância com a prática educativa. O resultado do trabalho do Serviço Social aparece a médio e longo prazo.

Márcia conta que os assistentes sociais que atuam nos ambulatórios, internação e emergências lidam diretamente com os usuários doentes. São aqueles que já estão com um diagnóstico de doenças malignas e crônicas. Cabe ao profissional fazer um levantamento socioeconômico desse usuário e verificar se eles podem estar incluídos nas políticas sociais existentes. Também é sua tarefa, prestar orientações básicas aos pacientes e seus familiares. Como o hospital é referência no estado, Márcia diz que chegam pessoas de todos os municípios e uma das saídas é “buscar parcerias” com casas de apoio, por exemplo, para atender aos usuários e seus familiares. Ela acredita que a doença social é, muitas vezes, pior do que a própria doença e todo o esforço do Serviço Social é no sentido de minimizar esse problema. Outro exemplo bem sucedido é a parceria, coordenada pelo Serviço Social, com professores. As aulas são ministradas dentro do Hemorio, e as crianças internadas não precisam perder o ano.

Márcia também destaca a importância da criação de grupos multidisciplinares para dar apoio aos usuários portadores de doenças hematológicas. Todas concordaram que o conceito de multiprofissionais funciona de fato dentro da instituição. Adriana avaliou, no entanto, que essa maturidade profissional existe na instituição, mas ela se questiona se essa maturidade existe dentro da categoria. É preciso que o assistente social tenha clareza do seu papel profissional, diz, pois não é raro situações em que médicos novos que desconhe-

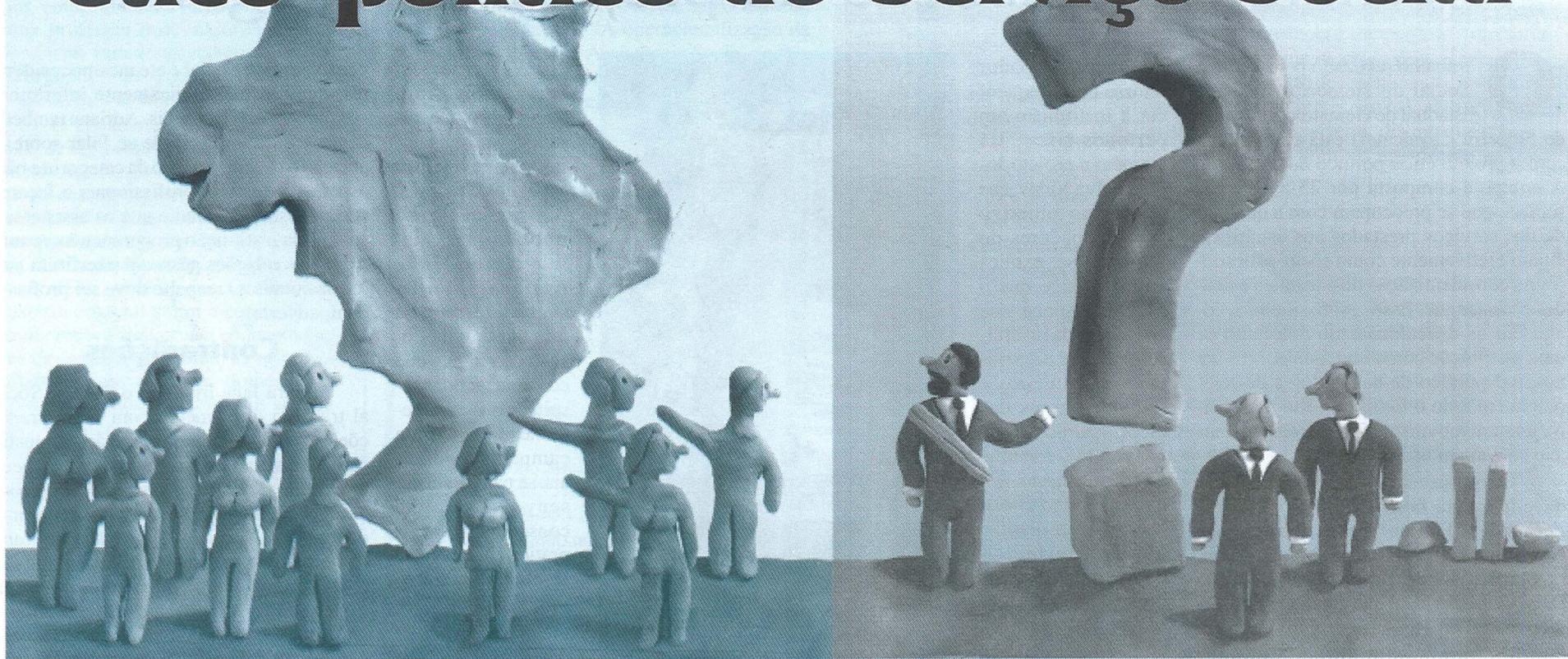
cem o Serviço Social e até mesmo residentes, que são hierarquicamente inferiores, confundem nossos papéis. Adriana também destaca a importância de se falar sobre a atuação e o compromisso da categoria e não esperar que outros profissionais o façam. Além disso, ela garante que os assistentes sociais da instituição procuram não permitir que as relações pessoais interfiram nas profissionais. O respeito deve ser profissional, adverte.

Contradições

Laura Jane frisa que o Serviço Social trabalha diretamente com as contradições. Lida no cotidiano com várias injustiças sociais e ao mesmo tempo na perspectiva de uma sociedade mais justa. De acordo com a assistente social, para garantir a qualidade de serviços e atendimento é fundamental que se garanta o acesso aos direitos, que se democratize as informações e que se defenda políticas públicas. Adriana reafirma a posição da colega ao mencionar o grande desafio da categoria de atuar na contramão das regras da sociedade capitalista. “É preciso manter o compromisso profissional e reagir às injustiças, buscando alternativas concretas”. Martha aponta como uma destas alternativas, o trabalho do Serviço Social do Hemorio junto às associações que têm um papel importante nas transformações das questões sociais. São elas: a Associação Brasileira de Leucemia e Linfomas, a Associação de Portadores de Doenças de Gaucher (doença hematológica), a Associação de Falciformes e a Associação de Hemofílicos. Essas associações levam as questões para os espaços dos Conselhos, que possuem o poder político para pressionar para que sejam cumpridos os direitos dos usuários.

A conquista é do usuário quando o trabalho apresenta um bom resultado, garante Laura Jane, que cita a importância de sistematizar o conhecimento através dos fóruns e congressos. Ela dá como exemplo a participação do Serviço Social no Congresso de Hematologia. Essa participação foi conquistada através da construção do trabalho da equipe comprovando a importância e a qualidade do serviço e do atendimento prestado pelo assistente social. Selma acrescenta ainda que além de ser criativo e propositivo, o compromisso do profissional é romper limites. Adriana ressalva, no entanto, que o assistente social não deve se iludir, acreditando que é possível só ser propositivo, já que qualquer instituição exige que se cumpram tarefas e metas. Para ela, é indispensável que haja capacitação, para que se possa conciliar estas duas exigências da profissão.

O Governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social



Marcelo Braz Moraes dos Reis*

Em 1979, durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) pairava sobre o Brasil uma violenta ditadura que sufocava a todos que divergiam da política do governo. Completava uma década e meia de arbitrária repressão e enjaulamento da democracia brasileira.

O cenário do III CBAS não era nada convidativo. Faziam parte oficialmente das mesas de abertura representantes do governo autocrático-burguês. Nosso Congresso por força, deveria ter em suas mesas escusos membros da ditadura. Nesse contexto, havia entre as assistentes sociais aquelas que buscavam ares mais democráticos. Entre elas, algumas mais inquietas, envolvidas com a luta pela redemocratização da sociedade brasileira junto aos movimentos sociais. Daí é que o Congresso toma novos rumos. Entrou para a história do Serviço Social conhecido como “Congresso da Virada”, pois alterou politicamente aquele evento e se tornou marco da construção de um novo projeto no âmbito da profissão.

Na mesma ocasião, Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical e metalúrgico de São Bernardo do Campo, teve papel importante, pois apoiou e esteve próximo da importante virada das assistentes sociais. Lula era então um representante legítimo do moderno operariado brasileiro, principal referência do incipiente “novo sindicalismo”.

Vinte e cinco anos depois, Lula tor-

nou-se protagonista dos anseios democráticos e populares de toda uma nação e, por quatro vezes, tentou transformá-los em projeto de poder. Na quarta vez, em 2002, venceu, com um projeto bem mais adocicado que o da primeira tentativa em 1989 e bem menos ousado que os sentimentos anti-capitalistas que nutriram esse outrora líder sindical

Nesse mesmo período, o novo projeto profissional do Serviço Social evoluiu. O III CBAS serviu de impulso político-ideológico à organização dos assistentes sociais em diversos organismos políticos, destacando-se inicialmente os sindicatos, passando posteriormente pelo fortalecimento da histórica ABESS (hoje ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e pelo redirecionamento do conjunto CFAS/CRAS (hoje CFESS/Cress).

Pontos comuns

O que há de comum nestas histórias, além das coincidências cronológicas, é o fato do projeto profissional acima descrito (chamado projeto ético-político) fazer parte e ser resultado das mesmas lutas das quais Lula sempre esteve à frente ao longo dos anos 80 e 90. Lutas calcadas em forças políticas chamadas democrático-populares, que objetivavam a construção de um Brasil mais equânime socialmente. Buscou-se através delas valores como cidadania, universalização de acesso às políticas públicas de qualidade, democratização do poder político e da riqueza socialmente produzida, que também estão presentes no

projeto profissional, como princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Toda essa reconstituição serve para refletirmos sobre o significado do governo Lula para o projeto ético-político. Ainda resta mais da metade do mandato do Presidente da República, mas, do que se viu até aqui, seu governo vem sendo absolutamente incoerente com o projeto que sempre representou. E exatamente por sê-lo, contraria bandeiras fundamentais da profissão defendidas ao longo das duas últimas décadas. Não se trata de nenhum juízo de valor, mas de fatos objetivos. Todos os indicadores sociais e econômicos até aqui vêm contrariando qualquer comprometimento com aqueles princípios supracitados. Haverá aqueles que dirão: ainda é cedo para uma avaliação. Outros lembrarão da herança maldita deixada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. São válidos e legítimos estes argumentos, mas não abatem a conta do governo até aqui, que se resume a uma continuidade da política econômica dos anos 90 (com seus rebatimentos evidentes nas políticas sociais). Mais ainda, estamos assistindo a uma radicalização dela, com contornos mais conservadores. É bom lembrar que as metas econômicas traçadas e comprometidas sob o comando do FMI valem até 2007.

Os seus resultados não escondem o que sustentamos. Com a meta de superávit primário de 3,75% do PIB almejando chegar a 4,25% assistimos a um encolhimento da economia. O primeiro ano do governo Lula obteve um crescimento zero só comparável ao ano de 1992 quando das tur-

bulências do impeachment de Collor. As consequências sociais da estagnação econômica são destruidoras para as massas trabalhadoras: aumento do desemprego, da violência urbana, queda da renda média do trabalhador. E é claro que os famosos cortes para a área social continuam ganhando contornos mais dramáticos pois feito por um governo cuja publicidade se apóia fortemente em programas como o Fome Zero. Poderíamos acrescentar ainda a retirada de direitos com a contra-reforma da previdência, as ameaças da contra-reforma trabalhista ou, ainda, o claro giro à direita com a última reforma ministerial.

Não se trata de “jogar a toalha”, não é esse o caminho, mas de deixar de lado quaisquer ilusões. A construção do projeto ético-político segue em frente. Os sujeitos que a fazem continuam atuando em várias frentes: no cotidiano profissional, nas organizações políticas da categoria ou mesmo no governo federal ocupando algum posto por méritos técnicos e políticos. É falso o dilema que concebe esta luta de forma maniqueísta para a qual ou se está a favor do governo ou contra ele. Não cabe esta avaliação, pois se está de frente de um governo cujas políticas contrariam radicalmente os principais valores do projeto ético-político, este é o dado objetivo. Portanto, não cabem ilusões. Vale a reflexão de Marx: “lutar por acabar com as ilusões acerca de uma situação significa lutar para que se acabe com uma situação que necessita de ilusões”. Este é o caminho. Desfazer os descaminhos para seguir adiante.

* Diretor do Cfess